

103

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. *Márcia Colella Caricate, Jaime Giolo (orient.)* (Fundamentos da Educação, FAED, UPF).

Da ocupação portuguesa do território até o final do período imperial, a instrução no Rio Grande do Sul não constitui propriamente um sistema escolar. As iniciativas são tardias e desarticuladas. Esse fenômeno tem a ver com o modelo de ocupação do espaço (ocupação militar) e de conformação econômica (economia subsidiária), política (caudilhismo) e social (sociedade aristocrática e escravista) do que foi inicialmente chamado “Continente de São Pedro”. A pesquisa objetiva analisar os documentos primários (fundamentalmente os relatórios dos governos provinciais e os debates ocorridos no âmbito da Assembléia Legislativa Provincial) e outras fontes e construir o quadro da instrução no período de 1822 a 1889. Os documentos do Executivo Provincial foram obtidos via internet do site <http://www.crl.edu/content/brazil/gras.htm> e os documentos do Legislativo da coletânea organizada por Helga Piccolo (Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1998). Utilizando o materialismo histórico (na versão gramsciana) como método de análise histórica, a pesquisa trata o fenômeno educacional como um momento da superestrutura, em tudo articulado com a política, com a dinâmica da sociedade civil e, fundamentalmente, com a base econômica do bloco histórico. No atual estágio de pesquisa (inicial) já se pode visualizar alguns resultados importantes: (a) A ausência da participação da União nos destinos escolares da Província (especialmente depois do Ato Adicional de 1834): afora a Escola Militar, o seminário S.Feliciano e a tardia e precária experiência do Instituto Agrícola e Veterinário de Pelotas (1883) sem outros investimentos da União na Província; (b) A instrumentalização política da instrução pública revelada nas constantes alterações da legislação educacional, na rotatividade dos dirigentes, na criação de aulas fantasmas, nos baixos salários dos professores, na inexistência absoluta de prédios escolares construídos para tal fim, na abissal distância entre intenções manifestas e práticas reais, etc. (c) O caráter elitista da instrução, demonstrado pelo controle do acesso ao ensino superior feito pelos exames preparatórios e pela concentração nas mãos da iniciativa privada das escassas aulas que tinham de qualidade.